

Dos encontros entre Estado e sociedade civil

Um exercício de etnografia do pensamento moderno

*Pedro Jaime**

Quando nos referimos a um ‘discurso’
estamos pensando no uso ordenado da linguagem,
numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a um público.
[...] Os diversos discursos que lemos ou escutamos
numa sociedade num dado período [...] podem ser remetidos a matrizes discursivas que compõem,
nessa sociedade e nesse tempo,
um modo – e suas variações –
de nomear seus problemas, objetivos, valores.
(Sader, 1988, p. 59)

Dois livros e um exercício de etnografia do pensamento moderno

No ano de 1997 a Editora Paz e Terra publicou uma coletânea denominada “Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado”. Em 2003, foi publicado o livro “Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos”. Trata-se igualmente de uma coletânea, desta feita editada pela Peirópolis. Uma descrição superficial diria que estes são dois livros que

* Mestre e doutorando em Antropologia Social pela UNICAMP. pedrojaime@uol.com.br.

<i>Civitas</i>	Porto Alegre	v. 5	n. 1	jan.-jun. 2005	p. 69-91
----------------	--------------	------	------	----------------	----------

abordam questões relacionadas com democracia, cidadania e desenvolvimento social. Todavia, o aprofundamento da interpretação através de uma descrição densa, para tomar emprestado uma expressão do antropólogo Clifford Geertz, nos leva a perceber algo mais nestas obras. Elas revelam certas características de uma dimensão do pensamento moderno. Refletem diferentes percepções dos encontros entre Estado e sociedade civil. Mais que isso, explicitam as distintas posições que diferentes atores assumem nesses encontros.

Pretendo neste ensaio realizar um exercício de etnografia do pensamento moderno. Geertz (1983) afirma que o pensamento deve ser compreendido etnograficamente, isto é, através de uma descrição do mundo específico no qual faz algum sentido. Em outros termos, ele propõe tomar o pensamento como objeto de descrição analítica e reflexão interpretativa. A etnografia do pensamento moderno é, para Geertz, um empreendimento histórico, sociológico, comparativo e interpretativo. Seu objetivo é fazer com que assuntos obscuros se tornem mais inteligíveis, fornecendo-lhes um contexto informativo. Para cumprir seu propósito, a etnografia do pensamento moderno, segundo Geertz, deve incorporar da etnografia em geral, seja da religião, seja do casamento ou ainda da troca, o interesse em categorias lingüísticas, isto é, essa postura antropológica de concentrar-se em palavras-chave que, quando têm seu valor decifrado, iluminam toda uma forma de viver no mundo.

Tomar os textos publicados nos livros citados acima como expressões do pensamento sobre as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil é o propósito principal deste ensaio. Para isso, entretanto, é necessário colocar os textos em contexto, situando o momento histórico de produção dessas obras, o que será feito na próxima seção.

Texto em contexto: o momento histórico de produção dos livros

Desde o ano de 1985 temos vivido no Brasil um processo de democratização, após vinte anos de ditadura militar. Esse processo reflete e refrata o fortalecimento de um conjunto de movimentos sociais, articulados no período da ditadura, na luta contra o Estado autoritário (Dagnino, 1994 e 2002; Carvalho, 2002). Segundo Dagnino (2004), o marco formal desse processo foi a promulgação da Constituição de 1988. Conhecida como Constituição Cidadã,

ela consagrou o princípio de participação da sociedade civil. “O confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente as relações entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático”, ressalta Dagnino (2004, p. 96).

Nesse mesmo período, a eleição de Fernando Collor à presidência da república, em 1989, marcou a adesão do país aos programas de ajuste estrutural empreendidos sob a égide do neoliberalismo e voltados para a estabilidade monetária e a redução do déficit fiscal (Dagnino, 2002 e Sader, 2003). No que se refere às políticas sociais, tais ajustes ocasionaram uma redução dos gastos públicos com bem-estar (Carvalho, 2002; Paoli, 2003; Sader, 2003). A adesão do Brasil aos programas de ajuste estrutural aconteceu num momento em que o neoliberalismo assumiu um caráter predominante como modelo de política econômica adotado em diversos países do mundo (Anderson, 1995; Sader, 2003), sendo apontando inclusive como inexorável, como atesta uma frase atribuída à Margareth Thatcher: “não há alternativas”, que inclusive o Fórum Social Mundial se apressou em confrontar, ao assumir como slogan a idéia de que “um outro mundo é possível”.

Esse duplo acontecimento que caracteriza a sociedade brasileira a partir da segunda metade dos anos 1980, o processo de democratização e a adesão ao programa neoliberal, revelou a existência no país de diferentes projetos políticos que, apesar de matizes, podem ser agrupados em dois grandes blocos (Dagnino, 2002 e 2004). Dagnino (2004) utiliza a noção de projetos políticos em um sentido próximo da visão gramsciana, isto é, designando o conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. Dessa perspectiva, projetos políticos “não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (Dagnino, 2004, p. 98).

Assim, teríamos, de um lado, um projeto democratizante e participatório, cuja característica principal é o compromisso com o fortalecimento da democracia direta, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão referentes às políticas públicas. De outro lado, um projeto neoliberal,

que aponta para a crise fiscal do Estado, ou seja, sua incapacidade de fazer face aos gastos públicos, defendendo a idéia de um Estado Mínimo, que se ausenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos e de formulador de políticas públicas universais, transferindo para a sociedade, chamada a adotar uma postura de responsabilidade social, o enfrentamento dos graves problemas que assolam o país.

É curioso observar que tanto o projeto político democratizante, quanto o neoliberal, requerem uma sociedade civil ativa e propositiva, configurando assim o que Dagnino (2002 e 2004) considera uma confluência perversa e Sader (2003) coincidências perigosas. Dagnino (2004) adverte que se há entre os dois projetos uma identidade de propósitos no que se refere ao chamado à sociedade civil, essa identidade é apenas aparente, pois envolve na verdade disputas de significado para referências supostamente comuns, tais como a própria noção de sociedade civil, além de conceitos a ela associados, como participação e cidadania. Nesses jogos de linguagem, são utilizadas armas como deslizamentos semânticos e deslocamentos de sentido (Dagnino, 2004). Essas “coincidências” no nível do discurso, esse uso de um vocabulário comum, quando examinadas com cuidado, revelam distinções e divergências fundamentais que são escondidas, obscurecidas (Dagnino, 2004). Todavia, a operação discursiva é empreendida de tal forma que a aparência é sólida e cuidadosamente construída. Decifrá-la torna-se, então, uma tarefa difícil (Dagnino, 2004).

No que se refere à noção de sociedade civil, Dagnino (2004) ressalta que fatores como o crescimento acelerado e o novo papel desempenhado pelas ONGs, a emergência das fundações empresariais, associados à marginalização, ou até mesmo a criminalização dos movimentos sociais, resultaram em uma redução da expressão “sociedade civil”, que passou cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não foi definida como sinônimo de “terceiro setor”. Nesse movimento, convertida em um mítico terceiro setor, falsamente situado para além do Estado e do mercado, a sociedade civil foi despolitizada (Coutinho, s.d.).

Dagnino (2004) ressalta que um processo similar acontece com a noção de participação. Tal noção, que havia constituído o núcleo central do projeto democratizante, é ressignificada, assumindo os contornos de uma participação solidária. A ênfase passa a ser dada ao trabalho voluntário e a responsabi-

lidade social, tanto de indivíduos como de empresas. O significado coletivo da participação social é esvaziado, substituído por uma perspectiva privatista e individualista. Esse novo sentido da participação dispensa os espaços públicos onde o debate sobre os objetivos da participação podem ter lugar.

Quanto ao conceito de cidadania, Dagnino (2004) denuncia o esvaziamento da chamada nova cidadania ou cidadania ampliada, que começou a ser formulada pelos movimentos sociais organizados no Brasil a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta. Um elemento constitutivo fundamental dessa concepção de cidadania é a idéia de direitos, e mais precisamente do direito a ter direitos. Ela rompe com formulações tradicionalmente vigentes no Brasil, tais como a noção de cidadania regulada (Santos, 1979), na medida em que “não está vinculada a uma estratégia das classes dominantes e do Estado de incorporação política gradual dos setores excluídos, com o objetivo de uma maior integração social ou como uma condição legal e política necessária para a instalação do capitalismo” (Dagnino, 2004, p. 104).

A nova cidadania requer sujeitos sociais ativos definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento enquanto tais. Ademais, vai além da luta pela inclusão no sistema político, reivindicando a participação na própria definição do sistema, e busca ultrapassar os limites das relações entre indivíduo e Estado, procurando estabelecer no interior da sociedade um formato mais igualitário de relações sociais (Dagnino, 1994 e 2004).

Esse significado político e o potencial transformador da nova cidadania é esvaziado pela redefinição neoliberal. Opera-se uma redução do seu sentido coletivo conquistado pelos movimentos sociais, num contexto em que o Estado se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. Com essa redução, a cidadania passa a ser identificada, de uma perspectiva caritativa, com a solidariedade para com os pobres. Restringida à responsabilidade moral privada, essa noção de cidadania faz apelo para que a sociedade se engaje no trabalho voluntário e filantrópico (Dagnino, 2004).

Dagnino (2004) adverte que essa definição de cidadania orienta o discurso e a prática das fundações empresariais, o chamado terceiro setor, que proliferou no Brasil nos últimos anos. Uma prática que é marcada pela total ausência de qualquer referência a direitos universais ou ao debate político sobre as causas da pobreza e da desigualdade. A idéia de público-alvo ou

população beneficiária da maioria dos projetos desenvolvidos ou apoiados por essas fundações não remete ao cidadão com direito a ter direitos, mas ao ser humano “carente”.

Esses dois projetos políticos, o democratizante e o neoliberal, com suas respectivas concepções de sociedade civil, participação e cidadania, podem ser percebidos nos livros que passarei a analisar na próxima seção. Ademais, tal como irei sugerir, essas obras revelam dois tipos de encontro entre Estado e sociedade civil, bem como as distintas posições que diferentes atores assumem nesses encontros.

Dois livros, dois encontros: projetos políticos e relações entre Estado e Sociedade Civil

“Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado” foi publicado no ano de 1997, portanto no âmbito do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil. Editado pela Paz e Terra, o livro é uma coletânea patrocinada pelo GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). O GIFE foi a primeira associação dessa natureza criada na América Latina. Iniciou sua história em 1989, como grupo informal, tendo se institucionalizado em 1995, congregando organizações de origem privada que desenvolvem ou apóiam projetos sociais. O grupo, que conta hoje com cerca de 60 afiliadas, define o seu objetivo como sendo o de aperfeiçoar e difundir os conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum (Gife, 2001).

A publicação de “Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos” se deu em 2003, ano de posse de Luís Inácio Lula da Silva como presidente da república. Trata-se igualmente de uma coletânea, desta feita editada pela Peirópolis e patrocinada pela ABONG (Associação Brasileira de ONGs). Resultante de um longo processo de institucionalização de organizações cuja gênese está datada nos anos sessenta e setenta, portanto ainda no contexto da ditadura militar, a ABONG foi fundada em 1991. A associação, que possui hoje cerca de 270 filiadas, caracteriza o objetivo como sendo o de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia (Abong, 2002).

Conforme afirmei anteriormente, a interpretação que aqui me proponho a desenvolver sobre esses dois livros enfoca, sobretudo, o que eles falam dos encontros entre Estado e sociedade civil. Um primeiro passo para a interpretação nessa direção é a leitura dos índices. É possível perceber neles determinados alinhamentos entre intelectuais, representantes do governo e organizações da sociedade civil.

Na primeira obra, após o prefácio, escrito por Evelyn Ioschpe, que nessa época dirigia a Fundação Ioschpe e exercia o cargo de presidente do GIFE, o livro é aberto por dois artigos bastante representativos. O primeiro redigido pela então primeira dama Ruth Cardoso e intitulado “Fortalecimento da sociedade civil”. O segundo assinado pelo economista norte-americano Jeremy Rifkin, cujo título é “Identidade e natureza do terceiro setor”. O livro traz ainda textos escritos por representantes de institutos e fundações empresariais filiadas ao GIFE, tais como Antônio Carlos Martinelli e Roberto Paulo César Andrade.

A apresentação do livro “Governo e sociedade civil ...” é escrita por Sérgio Haddad, então presidente da ABONG. Tal como na obra anterior, os dois textos iniciais contam com a participação de um representante do governo e de um intelectual, apenas a ordem é invertida. No primeiro, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos é entrevistado pela ABONG. O segundo texto é um artigo do ministro Tarso Genro, intitulado “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: por um novo contrato social no Brasil”. Além desses textos, fazem parte também da coletânea capítulos escritos por representantes de ONGs associadas à ABONG: Silvio Caccia Bava, Sílvia Camurça e Edna Roland.

Passemos dos índices aos conteúdos dos textos. Iniciemos pelo prefácio de “Terceiro setor ...”. Evelyn Ioschpe nos informa que o livro nasceu da realização do III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, realizado no Rio de Janeiro, em 1996. As edições anteriores desse encontro, levadas a cabo na Espanha e no México, haviam sido denominadas de “Encuentro Iberoamericano de Filantropia”. Todavia, ao acolher o empreendimento, através da iniciativa de Margarida Ramos, da Fundação Roberto Marinho, que viria a ser a secretária-geral do evento, o GIFE resolveu mudar-lhe a designação. “As fundações, institutos e empresas reunidos pelo Grupo viam iniciar-se seus programas num momento em que a ótica de mercado já não

permitia este desprendimento, exigindo a previsão de retorno do investimento realizado tanto em relação ao beneficiário quanto ao investidor”, ressalta a socióloga e jornalista (Ioschpe, 1997, p. 10).

Ela se apressa em afirmar que este retorno não se traduz em moeda, mas em desenvolvimento. Reconhece que “desenvolvimento social é uma ação tradicionalmente atribuída ao Primeiro Setor, o governo” (Ioschpe, 1997 – I), para em seguida afirmar que “sob o impacto de um Estado que vem diminuindo sua ação social e de uma sociedade com necessidades cada vez maiores, cresce a consciência nas pessoas – tanto físicas quanto jurídicas – de que é necessário posicionar-se proativamente no espaço público, se o que se deseja é um desenvolvimento social sustentado” (Ioschpe, 1997– II).

Ioschpe considera que a construção do livro é, em larga medida, a construção de um “pensamento novo” e, no entanto, “surpreendentemente afinado” (Ioschpe, 1997 – I). Procuremos então nos tons dos textos reunidos na coletânea, nos discursos apresentados pelos seus autores, a explicação dessa afinação.

Assinando o artigo “Identidade e natureza do terceiro setor”, o economista norte-americano Jeremy Rifkin foi eleito o ideólogo do movimento. O texto apresentado por ele foi, significativamente, retirado do seu livro “O fim dos empregos”. Friso que essa origem do texto possui um significado importante porque, tal como apresentada por ele, a natureza do terceiro setor está associada à capacidade de amortecer os efeitos do desemprego estrutural ou tecnológico. Vejamos mais atentamente sua narrativa de construção de uma identidade para o terceiro setor.

Refletindo a partir da experiência dos EUA, ele começa destacando que há cem anos os Estados Unidos eram um país agrícola, com a maior parte dos trabalhadores atuando no campo. Hoje, aponta o economista, menos de 2% da força de trabalho norte-americana encontra-se em plantações. Uma tecnologia sofisticada afastou esses trabalhadores do campo. Dando continuidade ao seu argumento, refuta a suposição de que um emprego perdido na zona rural pode ser recuperado nas empresas localizadas nas grandes cidades. “As manufaturas estão automatizando-se”, argumenta. “Por volta do ano 2020, haverá uma eliminação virtual do trabalhador da indústria no mundo inteiro. Menos de 2% da força de trabalho deste planeta estará nas indústrias”, sentencia (Rifkin, 1997, p. 14).

Pensou-se também, aponta Rifkin, que quem perdia o emprego na indústria poderia ser recapitado no setor de serviços. “Já não é assim”, diz ele (Rifkin, 1997, p. 15). As grandes empresas de serviços, tais como bancos, seguradoras e lojas, vêm sendo automatizadas, eliminando infra-estrutura operativa, restringindo-se a um pequeno núcleo de pessoal técnico e profissional e uma força de trabalho temporária e subcontratada.

Tampouco o setor do conhecimento é capaz de criar os empregos que são eliminados na agricultura, na indústria e nos serviços. A era da informação, ressalta, não se configura pela existência de trabalho humano massificado, mas pela presença de uma pequena elite de trabalhadores com altos níveis de educação e remuneração. “A era industrial acabou com a escravidão e a era da informação vai acabar com o trabalho remunerado massificado”, adverte o economista (Rifkin, 1997, p. 16).

“Que fazer com os milhões de pessoas em cada país que, dia a dia, são mais (ou completamente) desnecessárias numa economia cada vez mais global e automatizada?”, pergunta-se Rifkin (1997, p. 16). A simplificação da resposta que ele oferece é surpreendente. Onde muitos enxergam uma crise do modelo de desenvolvimento econômico fordista, ou uma fissura na sociedade salarial, ele vê “potencialmente uma grande oportunidade” (Rifkin, 1997, p. 16).

As saídas se encontrariam em duas frentes. A primeira seria a diminuição da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução dos salários, ou seja, repartindo com os trabalhadores os ganhos de produtividade, o que resultaria na elevação do poder aquisitivo da população, na ampliação da capacidade de poupança e de investimento via fundos de pensão, e em maiores lucros para as empresas. A equação, sob a qual se debruçam os economistas da chamada escola regulacionista francesa, não parece fechar de forma tão simples como argumenta Rifkin. O barateamento dos custos de transporte e o desenvolvimento sem precedentes das tecnologias da informação e da comunicação permitiram às grandes empresas colocar mais facilmente seus produtos em diferentes países. No contexto do capitalismo globalizado, a idéia do pacto fordista, presente na proposta de Rifkin, passou a ser menos interessante para estas empresas do que havia sido no cenário vigente durante a chamada “idade de ouro”, ou “trinta anos gloriosos”, entre a segunda grande guerra

e a primeira crise do petróleo, em 1973, quando a regulação se dava no interior dos Estados nacionais (Lipietz, 1991).

Todavia, é a segunda resposta que ele dá para o impasse do “fim dos empregos” que me interessa reter nesse ensaio. Retomemos seu argumento. Diz ele: “mesmo reduzindo o número de horas de trabalho por semana, há milhões de pessoas que ainda continuam sendo desnecessárias ao mercado” (Rifkin, 1997, p. 19). “Que fazer com os milhões de pobres, de trabalhadores desempregados?”, pergunta ele. “É preciso conseguir trabalhos”, responde (Rifkin, 1997, p. 19). Frente ao impasse, observemos nas duas passagens transcritas abaixo qual é a saída proposta.

Tradicionalmente, as alternativas têm sido o mercado ou o governo. O mercado está atualmente se automatizando e se globalizando e precisa cada vez menos funcionários. Os governos costumavam ser os empregadores de último recurso, mas agora também eles estão reduzindo-se. [...] É necessário acabar com os paradigmas políticos e compreender que cada país têm três setores e não dois (Rifkin, 1997, p. 19).

De maneira que, se alguém está desempregado, porque não fazer com que o Estado trabalhe com o setor não-governamental para recapacitá-lo na arte do capital social, para que ele possa ter um emprego numa das milhares e milhares de organizações comunitárias ou cooperativas, organizações da Igreja, e deixar que os Estados concedam um vale às organizações não-governamentais para que elas possam prover os desempregados com salários decentes e assim reconstruir as vizinhanças, as comunidades, a sociedade civil? A que outro lugar irão as pessoas se não são necessárias no governo? Elas têm somente duas opções: a comunidade ou a prisão? (Rifkin, 1997, p. 21).

Abstraindo o cinismo que o caracteriza, diria que seu argumento é muito claro em sua coerência interna. A dimensão política da sociedade civil é esvaziada em nome de um terceiro setor, cuja natureza está relacionada com a capacidade de estabilizar a crise que atravessa o sistema capitalista, amortecendo os efeitos do desemprego estrutural ou tecnológico. São essas as bases colocadas por ele para a construção da identidade do terceiro setor. Mas, para consolidar a construção dessa identidade, é preciso, conclama Rifkin (1997, p. 20), “compreender que o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades, que seu papel é cada vez menos importante, que está passando a delegar verbas e programas”. A responsabilidade da vida cívica, aponta ele, passará a ser das fundações e do setor não-governamental.

Referindo-me aos dois livros, os quais, nesse exercício de etnografia do pensamento moderno, me propus a interpretar, afirmei ser possível perceber em cada um deles determinado alinhamento entre intelectuais, representantes do governo e organizações da sociedade civil. Cabe então a seguinte pergunta: de que forma as idéias apresentadas por Rifkin se alinham à contribuição de Ruth Cardoso, que presidia naquele momento o Conselho do Programa Comunidade Solidária?

Dada a sua trajetória como antropóloga que, dentre outros temas, estudou os movimentos sociais, o tom neoliberal do discurso de Ruth Cardoso é menos gritante. Todavia, a despeito do que poderia sugerir o título do texto, “Fortalecimento da sociedade civil”, ele não chega a destoar do caráter “surpreendentemente afinado” do pensamento contido no livro, para retomar a expressão usada por Ioschpe no prefácio.

Para analisar o seu discurso, é preciso situar brevemente o lugar a partir do qual ele é elaborado. No âmbito do governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se uma discussão sobre reforma do Estado. No bojo dessa discussão, promovida, sobretudo, pelo ex-ministro da Administração e da Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser, havia a intenção de demarcar um espaço público não-estatal, que deveria ser preenchido pelas entidades do chamado terceiro setor. Dentro desse marco de referência, foi criada, através da Lei 9790/99, a figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICs), responsáveis pela execução de projetos e programas sociais (Bresser Pereira, 1997 e 1999).

É dentro desse contexto que podemos interpretar o texto de Ruth Cardoso publicado na coletânea. “Foi a crença na existência, relevância e potencialidade de um Terceiro Setor, não-lucrativo e não-governamental, que inspirou o desenho do programa que coordeno através do Conselho da Comunidade Solidária”, ressaltou ela (Cardoso, 1997, p. 7).

Essa discussão, ainda que não propusesse abertamente a redução da responsabilidade e a substituição da ação governamental, era plena de ambigüidades. Argumentava-se que as chamadas organizações do terceiro setor poderiam garantir uma maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos alocados ao enfrentamento dos problemas sociais. Dado a sua maior proximidade em relação aos beneficiários das políticas, elas construíram modelos de trabalho mais eficazes para enfrentar tais problemas (Cardoso, 1997). Tal

ambigüidade pode ser percebida mais uma vez na fala da presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária.

Outro aspecto inovador do Comunidade Solidária é o desempenho de uma função que é mais de facilitar, mobilizar, catalisar energias e recursos do que executar diretamente programas e projetos. [...] Temos apoiado a formulação de programas pioneiros e inovadores nessas áreas, buscando encontrar os parceiros que os levem a cabo. [...] É importante ficar bem claro que, ao exercer esse papel articulador e mobilizador, não pretendemos em nenhum momento substituir nem a ação governamental na área social nem as múltiplas iniciativas autônomas da sociedade civil (Cardoso, 1997, p. 9-10).

Ora! Se “o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades”, se ele assume um papel “cada vez menos importante”, restringindo-se a “delegar verbas e programas”, como pretende Rifkin, ou ainda se desempenha uma função “que é mais de facilitar, mobilizar, catalisar energias e recursos do que executar diretamente programas e projetos”, “apoiando a formulação de programas pioneiros” e “buscando encontrar os parceiros que os levem a cabo”, como propõe Ruth Cardoso, o que pensam sobre isso os representantes das fundações empresariais presentes III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor? Ao ouvirmos as suas vozes, fechamos o círculo que possibilita a compreensão do pensamento “surpreendentemente afinado” que resultou da construção do livro patrocinado pelo GIFE.

Quando da publicação de “Terceiro setor ...”, Roberto Paulo César Andrade era presidente da Fundação Brascan e membro do conselho consultivo do GIFE. O tom do seu artigo concilia a justificação do desmonte do Estado, com a exaltação da capacidade empreendedora da iniciativa privada. “O Estado, que foi a grande vedete do século, encolhe-se, encabulado ante os desastres que causou. Discute-se qual a sua verdadeira dimensão, mas a preocupação é antes com o mínimo indispensável que com a magnitude necessária ou tolerável” (Andrade, 1997, p. 75). A fórmula para o século XXI é apresentada por ele na passagem transcrita a seguir, que, aliás, Ioschpe fez questão de destacar no prefácio.

Estado democrático, de âmbito reduzido ao essencial, que não se enquadra na esfera de ação dos outros dois setores: economia de mercado, globalizada o mais que possível, e um Terceiro Setor forte, eticamente estruturado, abrangente mediante a participação do maior número possível de cidadãos (Andrade, 1997, p. 77).

Essa ética que estrutura o terceiro setor na perspectiva de Andrade é a ética que, com Dagnino (2004), poderíamos denominar de privatista e individualista, pois faz apelo não a sujeitos sociais que lutam por direitos, nem a agentes políticos que reivindicam a participação na própria definição desses direitos, mas ao “cidadão atuando diretamente em benefício de sua comunidade” (Andrade, 1997, p. 77).

Não é à toa que a referência aos Estados Unidos é feita de forma acrítica. Este é considerado um país que “desde a origem, já tinha um perfil parecido com o que se delineia hoje no resto do mundo, isto é, um Estado fraco e [...] uma ativa ação comunitária cuja tradição e força se traduz na mais poderosa e duradoura estrutura democrática do mundo atual” (Andrade, 1997, p. 75). O tom chega a ser mesmo apologético, conforme fica evidente no trecho transcrito abaixo.

O exemplo, ainda que imperfeito, dos Estados Unidos deve ser estudado e imitado do mesmo modo que estudamos e imitamos os sucessos econômicos de nossos vizinhos do norte (Andrade, 1997, p. 78).

A invasão da ética privatista no enfrentamento dos problemas sociais é ainda mais explícita no texto de Antônio Carlos Martinelli, então diretor-presidente do Instituto C&A de Desenvolvimento Social. Em um discurso que ressalta a contribuição inovadora da “empresa-cidadã” para uma ação transformadora, Martinelli afirma: “o setor empresarial, sem dúvida, é o detentor do maior acervo de recursos potencialmente mobilizáveis”, o que inclui: “informações, técnicas de gerenciamento, cultura de resultados, senso de prioridade, recursos materiais e financeiros e, sobretudo, recursos humanos voluntários [...]. Resumindo, a empresa-cidadã possui compromisso ético, talentos, tempo e recursos materiais, fatores estratégicos no desenvolvimento do bem comum” (Martinelli, 1997, p. 84).

Impossível deixar de confrontar esse discurso com a crítica dirigida por Dagnino (2004) à ação das fundações empresariais. Elas retiram as questões da pobreza e da desigualdade da arena política, do domínio da justiça e da cidadania, para tratá-la sob o ângulo da gestão técnica. Essa mesma crítica é expressa por Paoli (2002), para quem a filantropia empresarial contribui para o desmonte das políticas sociais regidas por princípios universais dos direitos e da cidadania, transformando o cidadão participativo e sujeito de direitos em mero beneficiário de favores e generosidades da caridade privada. Ela acres-

centa ainda que a ação social das empresas se move longe do debate público que, conforme aponta a teoria política moderna, deve caracterizar a decisão democrática sobre a alocação dos recursos materiais e simbólicos de uma sociedade.

Após proceder a interpretação de alguns artigos presentes no livro “Terceiro setor ...”, fica evidente que os textos realmente apresentam um pensamento “surpreendentemente afinado”, como ressaltou Ioschpe. Afinado com o projeto político neoliberal, em sua defesa de um Estado mínimo, que se desobriga cada vez mais da formulação de políticas públicas de caráter universalizante, transferindo para a sociedade a responsabilidade pelo enfrentamento dos problemas sociais. Passemos agora para a interpretação do segundo livro. Qual o alinhamento entre intelectuais, representantes do governo e organizações da sociedade civil que ele expressa?

* * *

“Governo e sociedade civil” resultou do seminário “Democratizar a democracia” realizado em janeiro de 2003 por ocasião do III Fórum Social Mundial, em plena euforia resultante da vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição de 2002 para o executivo federal. A vitória de Lula representou algo inédito na trajetória da esquerda brasileira, especialmente pela origem popular do candidato e pela promessa de rompimento com o projeto político neoliberal que a articulação em torno do seu nome representava. Nesse contexto, o seminário se propôs a pensar a construção de um governo que possibilitasse a participação e acolhesse as demandas dos diversos campos da sociedade. Nas palavras de Sérgio Haddad, então presidente da ABONG, que escreve o prefácio, a intenção foi “debater experiências, rever processos históricos, discutir concepções, com o intuito de que sejam construídas novas institucionalidades, novos espaços públicos e ... um novo contrato social, que fortaleçam e efetivem, realmente, uma nova democracia” (Haddad, 2003, p. 8). A complexidade do tema se revela nos questionamentos lançados no texto de apresentação e transcritos a seguir.

Como construir pontes que possibilitem um diálogo efetivo entre a sociedade civil e o Estado? Quais propostas possibilitam uma vida mais justa para o Brasil, seus governos e sua gente? Como organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, redes, fóruns e articulações de ONGs devem atuar para lograr uma sociedade mais igualitária, menos injusta? Quais os rumos adequados

que devem ser seguidos pelo novo governo federal para que o Brasil comece a ser um novo ... Brasil? (Haddad, 2003, p. 7).

Tal como no evento do GIFE, houve nesse seminário a presença de intelectuais, representantes do governo e de organizações da sociedade civil. Jeremy Rifkin não estava presente. Como suas idéias teriam sido recebidas no Fórum Social Mundial? Em seu lugar, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que havia organizado no ano anterior o livro “Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa” (Santos, 2002). Sua contribuição na coletânea está expressa na entrevista concedida à ABONG e intitulada “Democratização da democracia e pacto social”. Nessa entrevista, Boaventura discute os contornos que devem assumir a construção de um novo contrato social capaz de impedir que a economia de mercado se transforme em uma sociedade de mercado, que a lógica do lucro seja transferida da economia para o conjunto da sociedade. Avaliando as perspectivas do estabelecimento de um novo contrato na sociedade brasileira a partir da eleição de Lula, o sociólogo fez a ponderação apresentada abaixo.

Este é o grande desafio que nós temos. Porque, se for possível, é uma inovação tremenda. Se não for possível, é uma frustração propensamente de esquerda, nas próximas décadas. Portanto, todos temos uma responsabilidade – os movimentos sociais, as ONGs, os partidos dos cidadãos – de tentar viabilizar um contrato social, nessas terríveis condições que não são efetivamente favoráveis, mas são favoráveis só num sentido: é que o modelo neoliberal está a atravessar uma crise enorme (Santos, 2003, p. 23).

Seu discurso ataca frontalmente o projeto neoliberal. As idéias caminham em defesa da articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa. Ele advoga o fortalecimento da participação da sociedade civil, especialmente das ONGs e movimentos sociais, visando o que, em outra publicação, considerou uma reinvenção solidária e participativa do Estado (Santos, 1999). Há, portanto, um alinhamento com o projeto democrático e participatório. Todavia, como adverte o sociólogo nos trechos abaixo, a trajetória a ser construída não é fácil.

Alguns têm pensado que, uma vez que o Lula está no governo, os movimentos sociais podem descansar. Não acreditem nisso. O movimento vai ser muito pressionado de cima; não só em nível nacional, como em nível global. A vossa pressão é mais necessária do que nunca. [...] O Brasil tem, hoje, além dos partidos, uma forte mobilização social, das ONGs e dos movimentos populares. E é esse,

em meu entender, que vai fazer esta pressão. [...] o que é importante é que a democracia participativa não desarme, porque se confiar exclusivamente na democracia representativa, voltamos facilmente à estaca zero (Santos, 2003, p. 27-29).

Como foi dito aqui, todos os olhos do mundo estão postos exatamente nessa experiência, mas ela exige essa pressão popular, disciplinada, criativa, construtiva, cúmplice com este governo. [...] O fracasso dessa experiência é um fracasso de gerações, portanto, é preciso ter muito cuidado, muita vigilância – essa vigilância do nosso diálogo, da construção, da crítica [...] (Santos, 2003, p. 27-29).

Como se articulam o pensamento do representante do novo governo e as idéias apresentadas pelo sociólogo português? Tarso Genro havia assumido a secretaria especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) e apresenta na coletânea as bases que orientariam a atuação do Conselho. Genro (2003, p. 33) afirma que “há que se criar um grande diálogo de concertação que, na sua base, traduz, na realidade, a disputa pela possibilidade de construir uma nova maioria política no país e de alterar as condições hegemônicas até agora vigentes”.

O Conselho, composto por 82 membros da sociedade civil de diversas áreas e nove ministros, é caracterizada por ele como uma instituição pública de caráter não-estatal. O propósito, adverte o ministro, é a criação de um espaço público no qual indivíduos, representando associações civis, movimentos sociais, centrais sindicais, corporações empresarias, apresentem suas demandas particulares que, para adquirir legitimidade, devem ser contrastadas com outras e tencionadas em direção à universalidade. Dessa forma, garante-se que os conflitos dispersos na sociedade possam transitar na cena pública mediados por um determinado projeto de governo.

Fica evidente, portanto, que, ao assumir o governo, a coalizão criada em torno do PT sinalizava para uma prática política alinhada com o projeto democrático e participatório. Propunha-se a ampliação dos canais de participação, dentre outras formas, pela via da construção de espaços públicos. “A orientação do presidente da República”, afirmou Genro (2003, p. 36), “é a multiplicação do debate, com base em todos os ministérios e sobre todos os temas”.

Esse alinhamento em torno de um projeto político participatório tornou-se favorável ao envolvimento das ONGs. Estas parecem desempenhar nesse contexto um papel análogo ao que desempenhara as fundações empresariais

no projeto expresso no livro anterior. Vejamos os discursos de representantes de ONGs filiadas à ABONG apresentados na coletânea.

O sociólogo Silvio Caccia Bava era, na época, diretor do Instituto Pólis e da ABONG. O seu alinhamento com o projeto democrático evidencia-se na introdução do seu artigo “ONGs republicanas e democráticas em um novo cenário político”. Afirma ela: “creio que o primeiro passo para poder discutir o tema da relação da sociedade civil com o Estado, nesses novos marcos de democratização na América Latina, é recuperar a trajetória histórica [...] de construção de grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos” (Bava, 2003, p. 54). “Por intermédio desses grupos”, ressalta Bava, “articulou-se a sociedade civil, criaram-se os movimentos e ampliaram-se os espaços públicos de participação” (Bava, 2003, p. 54).

Ele destaca o papel fundamental das ONGs e redes de movimentos sociais no novo cenário político que então se abria no Brasil. Do seu ponto de vista, cabe a esses atores mediar as relações entre os organismos de base e o mundo da política. Mas essa mediação, ressalta ele, deve ser capaz de politizar o social e socializar a política. Isto significa que, de um lado, deve transformar as demandas dos grupos subalternos em políticas públicas, politizando o social. De outro lado, deve-se socializar a política, contribuindo para a transformação do indivíduo em cidadão, capaz de se engajar ativamente na construção dos seus direitos, incorporando-se a coletivos para disputar a transformação social pela via das políticas públicas.

A sua posição está alinhada com os discursos apresentados tanto por Boaventura de Sousa Santos, quanto por Tarso Genro. A aproximação do texto do sociólogo português se revela quando Bava (2003, p. 58) afirma que “o papel da sociedade civil tem a ver com [...] o exercício contínuo de uma pressão que pode ajudar esse governo comprometido com objetivos sociais e democráticos a enfrentar as contrapressões dos setores conservadores e dos setores que pressionam para que as políticas permaneçam como estão”.

No que tange à proposta de concertação apresentada por Tarso Genro, Bava (2003, p. 59) destaca que “um novo Estado comprometido com esses objetivos [...] mais democráticos, mais de equidade, mais de justiça social, precisa ir [...] criando espaços públicos de co-gestão, criando formas de incorporar participação cidadã, sabendo que essa participação cidadã é condição para operar as rupturas dentro da estrutura organizativa do Estado que

destrua os bastiões de defesa dos interesses das elites, e permita a reformulação das políticas para reorientá-las em termos do interesse social” (Bava, 2003, p. 59).

Esse alinhamento com os discursos de Boaventura de Sousa Santos e Tarso Genro é notado também em dois outros artigos presentes na coletânea. Sílvia Camurça, educadora da ONG SOS Corpo Gênero e Cidadania, filiada a ABONG, e então secretária-executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, assina o texto “Considerações sobre um novo contrato social: os sujeitos e o espaço de sua construção”. Ela inicia afirmando que estamos vislumbrando a derrocada do pensamento único. “Depois de um longo tempo de hegemonia do pensamento neoliberal, em que a democracia representativa dos países capitalistas ocidentais apresentava-se como forma final de governo da humanidade, e o mercado, como forma final da economia”, aponta ela, “começamos a dizer que outro mundo é possível, e a buscar alternativas de vida política [...] nas quais a democracia possa ser aprofundada pela via da participação de muitos e diversos sujeitos na política” (Camurça, 2003, p. 78).

O seu discurso não se caracteriza, entretanto, por um tom apologético da idéia do novo contrato social proposta pelo CDES. Ele assume uma postura mais vigilante. Aponta a pluralidade da sociedade civil e ressalta a importância dos debates no Conselho não se restringirem às tradicionais representações de capital e trabalho. Sua preocupação é apresentada de forma explícita, quando assinala que “os participantes da discussão são majoritariamente homens, de paletó e, em geral, brancos” (Camurça, 2003, p. 80), o que traz o risco do novo contrato social se fazer apenas “com um acordo entre cavalheiros, onde não haja pluralidade de sujeitos” (Camurça, 2003, p. 81). Do seu ponto de vista, o desafio que se coloca, não apenas ao movimento de mulheres, mas a todos os movimentos sociais democráticos e emancipatórios, “é conseguir fazer com que o pensamento feminista e as mulheres estejam nos espaços de pactuação” (Camurça, 2003, p. 80).

Essa reivindicação de pluralidade na composição do espaço público é também empreendida por Edna Roland, presidenta da ONG Fala Preta! Organização de Mulheres Negras e membro do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Ela inicia o artigo “Por um novo contrato social que rompa com 500 anos de racismo” afirmando que o contrato social vigente na sociedade brasileira ao longo dos cinco séculos de história se caracteriza por um processo de

exclusão de amplos setores da população, sobretudo de negros e indígenas. Edna alertou para o fato de que, “além da pesada representação dos setores patronais e sindicais, [...] os interlocutores preferenciais da área social tenham sido mais freqüentemente representantes do chamado terceiro setor, vinculados à filantropia de base empresarial” (Roland, 2003, p. 95). “Esperamos que os setores populares – que têm se organizado com todas as dificuldades de quem não é dono do capital, [...] tais como os negros, as mulheres, os indígenas, os homossexuais, os movimentos por moradia e outros direitos sociais – possam se fazer presentes e serem ouvidos diretamente pelo presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o nosso presidente Lula”, destacou Roland (2003, p. 95).

Fica evidente, portanto, que os diferentes artigos que compõem essa segunda coletânea, escritos por autores-atores que falam a partir de distintos lugares, isto é, da universidade, do governo e das associações civis, possuem um alinhamento com o projeto político democrático e participatório. O tom que marca todos os textos aponta para uma ampliação do diálogo democrático através de canais de participação que objetivam, em última instância, aprofundar a democracia.

Se esse era o cenário quando o livro foi produzido, no início de 2003, momento de posse de Luís Inácio Lula da Silva, a tensão se ampliou no decorrer dos dois primeiros anos do mandato. Trechos de diferentes edições do boletim eletrônico “Informes”, editado pela ABONG, são bastante reveladores nesse sentido. Ambos foram retirados da seção “Nossa Opinião”. O primeiro da edição de número 268 e intitulado “Avaliação do governo Lula”. O segundo da edição de número 279, cujo título é “Transparência, controle social e sociedade civil”.

As ONGs avaliam que no governo Lula tem havido, simultaneamente, uma significativa ampliação dos espaços e processos de participação e a persistência de um conjunto de restrições ao alcance desta participação, reduzindo-a, por vezes, a simples consultas ou a meros processos de escuta da sociedade, sem uma perspectiva mais ampla de fortalecimento da democracia participativa.

O governo Lula sabe, mais do que nenhum outro, o quanto é cara para a sociedade civil a luta pela transparência das contas públicas e pelo controle social do Estado, considerados os caminhos de aperfeiçoamento do sistema democrático-representativo. Infelizmente, percebe-se que também paira o desinteresse e o

descaso pela temática, para não dizer que há uma ação deliberada do governo no sentido de restringir o acesso às informações públicas. A sociedade civil pergunta se o governo não está jogando fora a chance histórica que lhe foi entregue de fazer também pequenas revoluções na administração pública, já que o poder político não está disponível a qualquer momento desejado.

Talvez seja precipitado, nesse momento, afirmar que o governo frustrou as expectativas de amplos setores da sociedade civil expressas na publicação “Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos”. Mais precipitado ainda seria dar o vaticínio de que, eleito para implementar o projeto político democrático e participatório, o atual governo vem na verdade garantindo um novo fôlego ao projeto neoliberal, que apresentava em 2002 sinais de desgaste, responsável, dentre outros fatores, pela eleição de Lula. Se ainda é cedo para considerações dessa natureza, não podemos deixar de reconhecer, com Boaventura de Sousa Santos, que é extremamente importante que a democracia participativa não desarme. De fato, não podemos confiar exclusivamente na democracia representativa, sob pena de voltarmos facilmente à estaca zero.

Considerações finais

Dois livros. Dois eventos, o III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor e o Fórum Social Mundial. Dois intelectuais, Jeremy Rifkin e Boaventura de Sousa Santos. Dois representantes do governo, Ruth Cardoso e Tarso Genro. Dois encontros entre Estado e sociedade civil, um com forte presença de empresas articuladas em torno do GIFE e outro com participação marcante de movimentos sociais e ONGs associadas à ABONG. Este ensaio pretendeu ser, apenas, um exercício de etnografia do pensamento moderno, descrevendo essas obras com o intuito de interpretar o que alguns dos textos nelas incluídos falam dos encontros entre Estado e Sociedade Civil, e mais especificamente sobre as posições ocupadas por organizações não-governamentais e fundações empresariais nesses encontros.

Todavia, se a cultura é um texto que os indivíduos escrevem em suas interações cotidianas e aos quais recorrem para interpretar suas vidas, como pretende Geertz (1973), é preciso saltar dos textos aqui analisados em direção aqueles que são escritos na prática concreta dos atores e que revelam as complexas conexões entre cultura e política. Este é justamente o desafio que te-

nho me colocado no âmbito de uma pesquisa etnográfica sobre as relações entre as ONGs, o Estado e a ação social das empresas no Brasil. Pretendo nessa pesquisa analisar tais relações mediante recurso a um marco conceitual cuja principal contribuição será buscada na produção teórica de Pierre Bourdieu, o que significa que elas serão pensadas como estruturadas dentro do que venho denominando de campo da ação social, do qual participam também as Igrejas, os Sindicatos, os movimentos sociais e outras representações da sociedade civil.

Em Bourdieu (1983 e 1989), campo é entendido como um espaço social de relações objetivas, um mundo regido por leis e códigos próprios. Constituído por diversos atores, portadores de diferentes motivações, disposições e interesses, possuidores de distintos capitais econômicos, sociais e simbólicos, o campo é um lugar de dominação e de conflitos. Os agentes que dele fazem parte entram em disputa para adquirir e demarcar posições privilegiadas. Por essa razão, é necessário analisar a posição de cada ator em relação a posição de todos os outros presentes no campo. Essa me parece uma via de análise interessante. Talvez ela permita trazer novas luzes para o debate sobre as disputas de significados em torno de conceitos como sociedade civil, terceiro setor e filantropia empresarial.

Referências

- ABONG. *ONGs 2002: perfil e catálogo das associadas à Abong*. São Paulo: Abong, 2002.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Roberto Paulo. Considerações de fim de século. In: IOSCHPE, Evelyn (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BAVA, Silvio Caccia. ONGs republicanas e democráticas em um novo cenário político. In: GOMIDE, Denise (org.). *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Abong-Peirópolis, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMURÇA, Sílvia. Considerações sobre um novo contrato social: os sujeitos e o espaço de sua construção. In: GOMIDE, Denise (org.). *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Abong-Peirópolis, 2003.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson (s.d.). *Gramsci e a sociedade civil*. Mimeo.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

———. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

———. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces / Universidad Central de Venezuela, 2004.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

———. The way we think now: toward an ethnography of modern thought. In: *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

GENRO, Tarso. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: por um novo contrato social no Brasil. In: GOMIDE, Denise (org.). *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Abong-Peirópolis, 2003.

GIFE. *Investimento social privado no Brasil: perfil e catálogo dos associados GIFE*. São Paulo: GIFE, 2001.

HADDAD, Sérgio. Apresentação. In: GOMIDE, Denise (org.). *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Abong-Peirópolis, 2003.

IOSCHPE, Evelyn. Prefácio. In: *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo: Nobel, 1991.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: *Caderno 1*. Brasília: Mare, 1997.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: ———. et al. (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp, 1999.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn (org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROLAND, Edna. Por um novo contrato social que rompa com 500 anos de racismo. In: GOMIDE, Denise (org.). *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Abong-Peirópolis, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et al. (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp, 1999.

———. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

———. Democratização da democracia e pacto social: Abong entrevista Boaventura de Sousa Santos. In: GOMIDE, Denise (org.). *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Abong-Peirópolis, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Texto recebido em dezembro de 2004 e aprovado em março de 2005.